

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE MARÇO DE 2019

NÚMERO 7.411

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder:
Vice-Líder:

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PR **PSL**

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD **PDT**

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB **PSC**

Marcos Vieira Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP **PSB**

João Amin Nazareno Martins

PRB **PV**

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 016ª Sessão Ordinária realizada em 14/03/2019 2 Ata da 004ª Sessão Especial realizada em 18/03/2019 4</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 7</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 7 Aviso de Licitação 12 Ofícios 12 Portarias 13 Propostas de Emenda à Constituição 13 Projetos de Lei 15 Redação Final 15 Requerimento 16</p>
--	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilsó Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini. PRESIDÊNCIA - Deputado Rodrigo Minotto

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Ressalta que mais uma vez o Brasil está assistindo atônito a um debate sobre o que aconteceu na cidade de Suzano, em São Paulo. A classe política deve parar e analisar tudo que está acontecendo.

Fala que não quer entrar no mérito de discutir porte de arma, isso é uma situação de extremismos. E que o fato é que esse é mais um sinal do afastamento das crianças de sua família e de sua escola, considerando que esse triângulo não está dando certo. Enfatiza ser um sintoma grave, pois o que levaria àquele ato insano mais uma vez? Não é o primeiro que acontece.

Reforça que o afastamento da mãe e do pai, de seus filhos, na primeira infância, parece ser a causa fundamental dessa desagregação que vem acontecendo. Poucos são os momentos em que a família para e conversa com seus filhos, a fim de acompanhar o desenvolvimento da criança, melhorar o caráter, edificar a personalidade.

Salienta que isso termina sendo o mal de tudo que leva a extremismos, uns acharem que deva aumentar a repressão, e outros a liberar cada vez mais. O Brasil, em sua história, não está acostumado com esses extremos, porque o extremista somente quer ouvir a sua verdade, e quando não ouve, ele persegue para ir até o final. Alerta para o que está acontecendo nas redes sociais, com quem não pensa como eles, que então procuram destruir as pessoas, ninguém pode emitir seu parecer senão for de acordo com as teses de direita ou

de esquerda. Solicita para que parem com esses posicionamentos neuróticos e psicopatas, pois muitos deles estão administrando grandes áreas da administração pública.

Manifesta-se sobre o que se pode oferecer para as gerações que estão chegando: uma escola melhor agregada, com o conceito da participação da família ser cada vez maior, para que o carinho, a doçura, a preocupação, a temura, estejam presentes no meio desses jovens.

Presta uma homenagem à professora Marilena Umezu, morta no atentado em Suzano, que disse algo que precisa ficar no coração de cada um: "Sou a favor do porte... de livro!"

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Acrescenta outro fator que surgiu na mesa de debates, que é a questão das drogas: a informação de que a mãe de um dos atiradores é usuária de drogas. E que mais uma vez, há uma situação extremamente perigosa rodeando as escolas, e essa forma áspera com que infelizmente os meios de comunicação têm se transformado.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Compartilha com o sentimento de tristeza que hoje se vive no país. Fala que está também atemorizada com essa intolerância que parte de todos os lados, que está além da política. As

redes sociais precisam de regulação, essa intolerância que termina estimulando, de certa forma, e frutificando essa violência descabida, que é resultado da falta de estrutura na sociedade brasileira e falta de políticas consistentes. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Endossa as palavras do deputado Sargento Lima, quando reforçou na tribuna, em data anterior, que armas salvam vidas, se referindo ao massacre na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, São Paulo, pois talvez se lá houvesse um policial militar fazendo a segurança, teria evitado estragos maiores. Parabeniza a merendeira da escola, Silmara Cristina Silva de Moraes, que na ocasião do atentado escondeu crianças dentro do refeitório para protegê-las.

Crítica os veículos de comunicação por injustiças em relação ao presidente Bolsonaro, vinculando o mesmo aos dois terroristas que invadiram a escola. Cita a mensagem de um jornal: Um amante de armas, um apoiador de Bolsonaro e um fã de série de terror. E assim que se mostrava nas redes sociais um dos atiradores. Indaga por que a imprensa não mostra as mortes causadas por grupos terroristas que aconteceram no passado e, também da relação de Adélio Bispo com o PSOL, e deu uma facada no presidente.

Informa que ela e o colega coronel Mocellin protocolarão indicação, que será enviada ao governador, sugerindo a viabilidade da gestão compartilhada das escolas públicas entre as secretarias de Educação e a Segurança Pública, a exemplo do que já acontece no Distrito Federal.

Comunica que está visitando várias cidades do estado para conhecer os problemas que as mesmas estão enfrentando, em Guarimirim conheceu a situação de um Ceduc que está parado, mas que está precisando de pequenos detalhes burocráticos para voltar a funcionar. Procede apresentação de imagens através de vídeo para ilustrar sua fala.

Encerra convidando os colegas parlamentares para participarem da audiência do Homeschooling, "Educar em casa", alternativa aos pais que não querem enviar os filhos às escolas, que o colega deputado Bruno Souza está promovendo, amanhã, às 18h, na Alesc, no Auditório Antonieta de Barros. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Lamenta O trágico episódio acontecido em Suzano, e comenta que o mesmo está se tornando um grande proselitismo político em desfavor do armamento civil, das pessoas de bem.

Ontem, ouviu de colegas que os Estados Unidos estão chegando no Brasil, mas esclarece que lá acontece 15 mil homicídios/ano e é um dos países mais armados do mundo, e não 60 mil homicídios/ano, como é no Brasil e que tem o Estatuto do Desarmamento. Quem dera os Estados Unidos estivessem chegando no Brasil e pagássemos 12% de imposto na prateleira do supermercado.

Declara que neste momento, quando adolescentes tomaram tal atitude violenta, é preciso fazer algumas reflexões antes de sair dizendo que a culpa é da arma de fogo. Entre elas: será que as armas eram registradas; será

que essas armas poderiam estar sendo portadas por eles; e neste caso, será que o estatuto do desarmamento deu certo?

Acredita que o Estatuto do Desarmamento não deu certo e não está dando certo. Indaga se, havendo alguém armado naquele local, a situação não teria sido amenizada. Também pergunta por que tais tragédias não acontecem em escola militar? Argumenta que uma pessoa mal intencionada, com uma arma de fogo, só é parada por uma pessoa bem intencionada com uma arma de fogo. Adverte, ainda, que o bandido não precisa de arma de fogo para praticar as suas agressões, elas podem ser feitas com outras armas, que não os impede de fazer o mal.

Também é fácil falar em políticas públicas para diminuir assassinatos e homicídios, entretanto, pergunta qual política pública vai defender aquele cidadão que está sendo abordado por um bandido, ou que tenha a sua residência invadida pelo mesmo. Neste momento, acredita que só a arma de fogo pode defender o cidadão de bem, evitando o mal maior para si e para a sua família,

Esclarece que o registro da arma de fogo é para que a mesma possa ser identificada, e para que o seu portador passe por crivo técnico e psicológico. Também fala que as pessoas mal intencionadas não registram armas, só faz registro o cidadão de bem.

Comenta que muito tem se falado em responsabilidade e conscientização da população, e neste caso, observa que tem ensinado ao seu filho o valor e a responsabilidade de ter uma arma, para que no futuro saiba como conduzi-la e usá-la para se defender.

Apresenta um vídeo que tem a proposta de reflexão. As imagens propõe o entendimento de que a proibição da arma é só para o cidadão de bem. Os bandidos têm as suas e continuam fazendo vítimas entre os que estão desarmados. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Aborda na tribuna a questão energética no estado, gerida pela Celesc. Destaca que atualmente prioriza beneficiamento nas redes de algumas regiões, acarretando prejuízos para a agricultura familiar, e ratifica que o Parlamento catarinense está atento às reivindicações manifestadas pelo setor. Ainda no contexto, informa que o novo presidente da referida empresa, Cleicio Poletto Martins, garantiu aplicação de recursos para solucionar o impasse naquelas comunidades agrícolas, prometendo também tornar público o plano de investimentos.

Comunica que recebeu uma comitiva de servidores, defensores da Celesc pública, e acrescenta que levou o pleito à comissão de Minas e Energia, que sugeriu a realização de uma audiência pública para o mês de abril.

Por fim, divulga o seu projeto que prevê isenção de impostos sobre a seguridade social para instituições de saúde pública, como ocorre nos hospitais filantrópicos, que já recebem tais benefícios com a obrigação de fazer 60% de atendimento para o SUS, enquanto que os públicos a obrigação é de 100%. Esclarece que se o referido projeto for aprovado na Assembleia Legislativa poderá se tornar referência para outros estados brasileiros, e que necessita de 14 adesões

para transformar em Proposta de Emenda Constitucional - PEC, no Congresso Nacional. [Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Tece comentários a respeito da derrubada do veto do governador em relação à proibição da produção de mudas e o plantio da *Spathodea campanulata*, que é responsável pela destruição de abelhas, inseto importante para o equilíbrio do meio ambiente.

Aborda a questão que preocupa a sociedade brasileira, que é a poluição urbana, ao mencionar a grande quantidade de lixo descartado pela população nas grandes cidades brasileiras e que poderiam ter um destino mais correto, como é o caso do estado vizinho Paraná, que produz energia a partir do lixo urbano recolhido, e cita que nos Estados Unidos várias cidades já realizam esse procedimento. [Taquígrafa: Sílvia]

Ordem do Dia

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0102/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, solicitando ao secretário da Administração informações acerca da previsão de nomeação dos servidores aprovados nos concursos públicos nº 01/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014 e 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2017.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0103/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, solicitando ao secretário da Saúde informações sobre a possibilidade de implantação de um Centro de Hematologia e Hemoterapia do Hemosc junto ao Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, no município de São Miguel do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0104/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, solicitando ao secretário da Fazenda informações acerca do meio de transporte utilizado pelo governador em viagens pelo estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0105/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca da existência de convênio firmado com a prefeitura de Florianópolis relacionado à restauração da SC-406 e da SC-404.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0106/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca do montante de recursos financeiros devido a hospitais filantrópicos pelos serviços prestados.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0096/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando o Promotor de Justiça Fernando da Silva Comin pela nomeação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0097/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, cumprimentando o

diretor-geral da Rádio Aliança de Concórdia pela passagem dos 36 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0098/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, apelando ao governador do estado para que seja realizado aditivo ao Contrato nº 278/SSP/2018 para viabilizar a continuidade dos serviços oferecidos pelo Detran.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0099/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, parabenizando o presidente da Associação Esportiva Piratuba pela conquista do Vice Campeonato da Copa dos Campeões de Futsal.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0173/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 0174/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; e 0175/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster.

A Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0249/2019 e 0250/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0251/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0252/2019, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 0253/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo e Coronel Mocellin.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Ana Maria]

Explicação Pessoal

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, encerra a sessão, convocando outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem aos 100 anos da Ordem DeMolay no Mundo. [Taquígrafa: Ana Maria] [Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2019, EM HOMENAGEM AOS 100 ANOS DA ORDEM DEMOLAY NO MUNDO PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Vicente Caropreso) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a Mesa as excelentíssimas autoridades nominadas a seguir:

Senhor Grande Mestre Estadual da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Victor Leduc Machado;

Senhor Mestre Conselheiro Estadual Adjunto da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Gabriel Eduardo Corrêa;

Senhor Grande Secretário Nacional Adjunto da Ordem DeMolay, Dalton Parucker Lueders;

Senhor Deputado do Grão-Mestre da Grande Loja de Santa Catarina, Anderson Redinha Malgueliro;

Senhor Grão-Mestre Adjunto de Honra do Grande Oriente de Santa Catarina, Sérgio Martinho Nerbass.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação do senhor deputado Maurício Eskudlark e aprovada, por unanimidade, pelos demais parlamentares em homenagem aos 100 Anos da Ordem DeMolay no mundo.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.) [Degração: Taquígrafa Eliana]

Gostaríamos que subisse para fazer parte da Mesa de Honra, o senhor Luiz Hames, responsável por assuntos Legislativos e Tributários da Fiesc, neste ato representando o senhor presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc, Mario Cezar de Aguiar.

Cito, ainda, a presença do senhor conselheiro do Conselho Regional de Administração, João Alfredo Campos Junior.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional, onde será interpretado o Hino DeMolay.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

[Degração: Taquígrafa Sara]

A seguir, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem aos 100 anos da Ordem DeMolay no Mundo.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado Doutor Vicente Caropreso para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Grande Conselho Estadual da Ordem DeMolay, para Santa

Catarina, o senhor Grande Mestre Estadual da Ordem DeMolay - gestão 2017-2019, Victor Leduc Machado e o senhor Mestre Conselheiro Estadual Adjunto da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Gabriel Eduardo Correia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Supremo Conselho da Ordem DeMolay, para a República Federativa do Brasil, o senhor Grande Secretário Nacional Adjunto, Dalton Parucker Lueders.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor Grande Mestre Estadual da Ordem DeMolay - gestão 2017-2019, Victor Leduc Machado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor Mestre Conselheiro Estadual da Ordem DeMolay - gestão 2018-2019, Gabriel Aquiles Spricigo Baldo, neste ato representado pelo senhor Gabriel Eduardo Correa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome da Grande Loja de

Santa Catarina, o senhor deputado do Grão-Mestre, Anderson Redinha Malgueliro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Grande Oriente de Santa Catarina, o senhor Grão-Mestre Adjunto de Honra, Sérgio Martinho Nerbass.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina, o senhor diretor-executivo para as ordens paramaçônicas, Jadir Cruz.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradecemos ao excelentíssimo senhor deputado Doutor Vicente Caropreso pela entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo e será reprisada durante a semana.

Acompanhe a programação!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Doutor Vicente Caropreso) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o senhor Grande Mestre Estadual da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Víctor Leduc Machado.

[Degravação: Cinthia de Lucca]

O SR. VICTOR LEDUC MACHADO - Excelentíssimo senhor deputado Vicente Caropreso, presidente desta sessão especial. Cumprimentando-o estendo também a todas as autoridades civis aqui presentes. Eminentíssimos irmãos Anderson Malgueliro, Jadir Cruz e Sérgio Nerbas, representantes da maçonaria catarinense. Meus estimados irmãos Dalton, representante do nosso Supremo Conselho, e Gabriel Correia, nosso líder. Cumprimento também todos que nos prestigiam com a sua presença e que assistirão, pela TV da Assembleia Legislativa, que irá reprisar esta sessão para todo o estado.

Virtudes, deputado Vicente Caropreso, se nós tivéssemos que definir aquilo que fundamenta os nossos trabalhos, em poucas palavras, eu creio que muitos de nós falaríamos em virtudes. Sete delas para ser mais preciso, que sucintamente representam amor filial, reverência por tudo aquilo que é sagrado, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza de pensamento, palavra, ação e patriotismo. São essas virtudes que têm orientado os trabalhos da nossa organização, desde que apenas nove meninos e um maçom se reuniram, pela primeira vez, no interior dos Estados Unidos.

Esse maçom, de nome Frank Sherman Land, sugeriu o nome DeMolay em referência ao histórico exemplo de fidelidade do último Grão-Mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários. Esse maçom tinha um pensamento e o defendia dizendo que se trabalharmos sobre o mármore, um dia ele acabará. Se trabalharmos sobre o metal, um dia o tempo consumirá. Se erguermos templos, um dia eles se tornarão pó. Mas, se trabalharmos sobre almas jovens e mortais, se imbuirmos nelas os princípios do justo temor ao Criador e do amor à humanidade, então, teremos conseguindo gravar algo ali eternamente. Algo muito precioso.

Depois de 100 anos, pouco importará o quanto temos acumulado no banco, que tipo de

carro, casa ou palacete nós possuímos. Mas, o mundo poderá ser diferente, talvez porque fomos importantes na vida dos jovens.

Será que o nosso fundador poderia imaginar que as vidas tocadas pela sua iniciativa, estariam numa ação como esta no dia de hoje? Será que Frank Sherman Land, na mais ousada de suas projeções iniciais, poderia supor que aquele seu pensamento arrebatador se espalharia pelo mundo? Pois se espalhou. Hoje já são cerca de 20 países que abrigam um capítulo da Ordem DeMolay, como chamamos as nossas células principais, as nossas células de base.

Desde 1986, ano da chegada da Ordem DeMolay, em Santa Catarina, já somamos quarenta e um capítulos regulares. São milhares de jovens, como os que eu vejo aqui hoje, promovendo estudos históricos e filosóficos, organizando eventos de arrecadação de fundos e, principalmente, filantrópicos, discutindo as causas da juventude e lutando por elas. E, no decorrer dessa caminhada, ganhando algo muito precioso, amizades que levam para a vida inteira.

Eu sei do que estou falando, tenho muito orgulho em poder dizer que sou um DeMolay, um Sênior DeMolay, como chamamos aqueles que já atingiram os vinte e um anos de idade. É uma enorme gratidão por essa instituição e pelos seus integrantes, e uma certeza inquebrantável nos seus resultados que faz com que eu e tantos de nós sigamos engajados nos seus trabalhos.

Seria impossível citar os nomes de todos aqueles que são responsáveis pela expansão e consolidação da Ordem DeMolay, em Santa Catarina, em todos esses anos, sem cometer a injustiça de esquecer alguém. Por isso, eu me limito a dizer: Muito obrigado! Muito obrigado a todos aqueles que doaram o bem, que tem de mais valioso, para nós, o seu tempo. Muito obrigado a todos os familiares que apoiam os nossos capítulos. Muito obrigado a todos que acreditam e manifestam essa crença, nos nossos trabalhos e no nosso maior objetivo, termos melhores filhos, melhores pais, melhores irmãos, melhores cidadãos e melhores homens.

E que, juntos de outros homens e mulheres, lutarão por um mundo mais justo e mais fraterno. Mas o mundo poderá ser diferente. Diferente para melhor. É isso que pretende a Maçonaria, não é meus irmãos Anderson, Sérgio e Jadir? Quando apoia tantas ordens juvenis e organizações sociais. Um mundo melhor!

O maçom, dentro da Ordem DeMolay, deve ser protagonista da sua área de competência e responsabilidade, acompanhamento, orientação e, principalmente, ser exemplo. Mas ele deve se orgulhar de ser apenas um coadjuvante, dentro de um grande processo de formação de lideranças e que, em verdade, o protagonista é o jovem.
[Degravação: Roberto Machado]

Por isso, exatamente por isso, imerso em um profundo sentimento de gratidão ao Parlamento catarinense, às instituições que nos apoiam, aguardo manifestação daquele que é o nosso maior representante, a nossa liderança juvenil.

Muito boa noite a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr.

Vicente Caropreso) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome da instituição homenageada, o senhor Mestre Conselheiro Estadual Adjunto da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Gabriel Eduardo Correa.

O SR. GABRIEL EDUARDO CORREA - Excelentíssimo senhor deputado dr. Vicente Caropreso, que preside hoje esta sessão especial, em homenagem a Ordem DeMolay; meu irmão Victor Leduc Machado, Grande Mestre Estadual do Grande Conselho Estadual da Ordem DeMolay, para Santa Catarina; tio Dalton Parucker Lueders, Grande Secretário Nacional Adjunto do Supremo Conselho da Ordem DeMolay, para República Federativa do Brasil; estendo meus cumprimentos a todas as autoridades paramaçônicas aqui presentes e os irmãos e tios que abrilhantam hoje, este Plenário, com sua presença; cumprimento também todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia.

É com grande honra e responsabilidade que, nesta sessão especial, em homenagem aos 100 anos da Ordem DeMolay no mundo, faço uso da palavra representando o nosso Mestre Conselheiro Estadual Gabriel Aquiles Spricigo Baldo. Infelizmente, por alguns importunos não pode estar presente hoje, mas principalmente representando os jovens da Ordem DeMolay Catarinense, aqui na Casa do Povo de nosso estado.

Ainda mais, neste precioso local, representar a essência de uma das nossas liberdades, a liberdade intelectual que nos faz lutar pela manutenção das escolas públicas, que acreditamos ser a fonte única e verdadeira da liberdade em um governo do povo e para o povo. Essa liberdade, em conjunto com a liberdade civil, símbolo das riquezas e das grandiosidades de nossa pátria e da liberdade religiosa, é um direito inalienável de todas as pessoas, bem como das nossas sete virtudes cardiais, símbolos de tudo que é bom e correto no mundo, e pelas quais prometemos basear nossas vidas formando o alicerce de nossa Ordem.

Muito mais do que seguir os passos de nosso herói Jacques DeMolay, o último grão-mestre da Ordem dos Templários e que exatamente, no dia de hoje, completa 705 anos de sua morte, nossa Ordem, como bem exposto, busca formar bons cidadãos que pratiquem as virtudes que a eles foram ensinadas. Assim, vivendo uma vida pura, reta, patriótica e reverente, servindo e auxiliando o próximo em suas necessidades básicas.

Acima de tudo, por meio do exemplo, possam inspirar os jovens de todo o mundo que, infelizmente, vivem uma época turbulenta, abandonados por muitos governos e instituições, fazendo com que esses valores pelos quais nos dedicamos não permeiem a vida dos demais.

Um mundo em que a justiça, a confiança, a fraternidade e a tolerância parecem estar escassos, como lamentavelmente podemos observar, recentemente, nas tragédias que assolaram nosso país e o mundo inteiro. Por essa razão, os jovens da Ordem DeMolay precisam se dedicar, de forma

abnegada, não somente aos ideais próprios, como também aos princípios da boa liderança e da servidão ao Pai Celestial, símbolos vitais da importância que a juventude possui para com nosso amado país.

Todos nós temos o dever de cuidar sempre da edificação da Ordem DeMolay, para que essa se torne a cada dia uma instituição maior e melhor, envolvendo mais jovens para que possamos lhes ensinar os preceitos da boa cidadania.

Falando em envolvimento dos jovens com a comunidade, podemos exemplificar as atividades relativas ao Dia DeMolay, um projeto de âmbito nacional que foi realizado, no dia 17 de março de 2019 em todo o país de norte a sul. Evento que ocorreu já, neste último domingo, e que neste dia todos os DeMolay's e toda a família DeMolay, e isso envolve pais, mães, tios e primas estiveram engajados em divulgar um pouco dos princípios de nossa Ordem por meio de ações sociais destinadas à comunidade.

Por óbvio em Santa Catarina não foi diferente, em todas as regiões de nosso Estado, os membros de nossa Ordem efetuaram, em suas localidades, serviços jurídicos, médicos, nutricionais, odontológicos, estéticos, de arrecadação e conscientização, tudo de forma gratuita, reforçando assim o nosso compromisso com a sociedade.

[Degravação: Jéssica Matias]

Dessa forma, pretendemos ser agentes por mudanças na sociedade, formando grandes líderes, seja na área médica, jurídica, empresarial, comercial, liberal, econômica e serviços públicos, e até mesmo líderes religiosos. Mas o mais importante é que sejamos homens cada vez melhores que contribuam na formação de um mundo melhor para todos.

Senhores e senhoras, termino minha fala desejando à Ordem DeMolay que continue com sucesso e possa fazer a diferença na vida de todos nós. Viva a Ordem DeMolay Brasileira! Viva o grande Conselho Estadual da Ordem DeMolay para Santa Catarina! Viva a verdadeira Ordem DeMolay do Estado de Santa Catarina! Que o Pai Celestial possa iluminar nossa caminhada para que jamais falhemos como líderes e homens. Que Deus abençoe a causa da Ordem DeMolay!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Vicente Caropreso - Boa-noite senhoras, senhores e senhoritas, sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa!

Quero agradecer e saudar a presença do Grande Mestre Estadual da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Vitor Leduc Machado; do Mestre e Conselheiro Estadual Adjunto da Ordem DeMolay, para Santa Catarina, Gabriel Eduardo Corrêa; do Grande Secretário Nacional Adjunto da Ordem DeMolay, Dalton Parucker Lueders, meu especial amigo; do deputado Grão-Mestre da Grande Loja de Santa Catarina, Anderson Redinha Malgueiro, grande amigo e meio que chefe; senhor Grão-Mestre Adjunto de Honra do Grande Oriente de Santa Catarina, Sérgio Martinho Nerbass, e o amigo Luiz

Hames, representando o senhor Mário Cezar de Aguiar, da Fiesc.

Eu vou fazer um discurso um pouquinho protocolar e algumas provocações, penso que cabe no momento. Após, os amigos e irmãos vão poder falar e debater em outro momento. Mais uma vez quero agradecer a presença de todos que estão presentes, nesta sessão especial. Não é a primeira vez que homenageamos a Ordem DeMolay, em 2016, se não me engano, numa memorável sessão, acompanhamos alguns movimentos da Ordem DeMolay através do convite do irmão Dalton Parucker Lueders.

Sabemos todos que esta Ordem surgiu em 1919, nos Estados Unidos, portanto, são 100 anos, é uma história grande. Em 1980, chegou ao Brasil, através do estado do Rio de Janeiro e, em Santa Catarina, a cidade de Joinville foi a pioneira em 1987. No Grande Conselho Estadual são 20 capítulos que possuem quase quatro mil jovens. Vejam a grandiosidade da Ordem DeMolay!

Em Santa Catarina, o Dia da Ordem DeMolay foi instituído por um grande amigo, hoje senador, à época, o deputado estadual Jorginho Mello, pela Lei n. 14.450/2008. A Ordem DeMolay, portanto, é uma organização patrocinada pela Maçonaria, que é voltada para jovens de ilibada moral com idade entre 12 a 21 anos.

Está fundamentada em sete princípios chamados de Virtudes Cardeais: amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo. Realiza serviços de caridade, preparação de cidadãos, cooperação mútua e busca desenvolver o senso de liderança entre os jovens.

A Ordem DeMolay desempenha um importantíssimo papel e bem sucedido na formação de milhares de jovens catarinenses, e este reconhecimento da Assembleia Legislativa com esta sessão especial, visa estimular para que possamos ter participação maior da juventude e uma sociedade melhor.

Na segunda parte meus irmãos, ressalto que faz poucos dias, neste mesmo local, que fiz um discurso na quinta-feira precisamente. Falei sobre algo terrível que aconteceu. [Degravação: Taquígrafa Ana Maria]

Mais uma vez uma matança numa escola.

Ao final eu quis homenagear mais um professor morto, no caso uma professora, e ela estampou uma frase, dois meses antes de ser assassinada, em que disse, em alto e bom tom: "Eu sou a favor do porte de livro!"

Aquilo me desconcertou, numa fase em que nós estamos convivendo diariamente, em que duvido alguém aqui que não receba coisas de extrema-esquerda e extrema-direita, todos os dias, metralhando o nosso *WhatsApp* e todas as outras formas de posicionamento político-partidário e ideológico.

É assim que nós vivemos, eu não me sinto bem com nenhum extremo. Aliás, a nossa Ordem combate esses extremos, esse tipo de agressividade, estimulado pelas redes e que deveria, sim, ser coibido até determinado ponto, estimula quando não, elogia, premia pessoas que cometem essa barbaridade.

Cada vez mais nós e, me coloco também, não na culpa, mas com a responsabilidade de olhar com mais carinho esse tipo de situação. É uma verdadeira praga espalhada pela sociedade mundial e aqui estamos vivendo isso, hoje uma briga de extremos, e isso não interessa.

E é bom que a Ordem DeMolay, que prepara jovens de ilibada conduta para promovê-los a um potencial grande, de se tornarem grandes líderes no futuro, avalie esse tipo de posicionamento. Que se pautem cada vez mais com a razão, não com a raiva, porque ela está aí estampada, produz situações que não é possível, por exemplo, fazer renascer uma pessoa depois que ela morreu.

É essa fala que eu gostaria também para remeter a outras situações. O que levou e o que leva pessoas a se desgarrarem tanto do comportamento, pelo menos aceitável, ou tolerável, da nossa sociedade? Será que nós, pais, ou avós, serei, daqui há pouquinho, um avô pela primeira vez, em três meses, não estamos nos afastando de mais de nossas famílias?

Nós sabemos que a vida custa caro, mas esse desenrolar, essa dificuldade toda que se tem, muitas vezes, nós deixamos o que é mais precioso tão longe. Em muitas famílias hoje a piada fala que se relaciona melhor com seu pai e com sua mãe pelo *WhatsApp*. Olha a distância!

E é por isso que a Ordem DeMolay, as pessoas responsáveis pela Ordem têm que, cada vez mais, fazer esse tipo de plantação, o cultivo de bons cidadãos. Que estimulem essas famílias, que é a célula mater, para que a união possa ser tão sólida que nem a pior das mídias possa desviar o caráter e o comportamento das pessoas que ali se formaram.

Cada vez mais eu fico seguro de que não pertenço ao mundo dos extremos. Esse é um grande conceito que eu queria dar para cada um que participou desta reunião. [Degravação: Taquígrafa Sílvia]

Cada vez mais me sinto estupefato com a pregação de ódio e de intolerância, aliás, tolerância para nós é uma palavra que nos norteia. E é assim, solicitando para que o Grande Arquiteto do Universo nos ilumine, nos guarde, que Ele veja sempre, com coração aberto, a Ordem DeMolay para que ela possa espalhar muitas pessoas de grande gabarito mas, acima de tudo, de caráter e de liderança suficientes para colocar Santa Catarina e o Brasil cada mais fortes.

Um grande abraço!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Degravação: Taquígrafa Elzamar] [Revisão: Taquígrafa Eliana].

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 002-DL, de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Jessé Lopes para ausentar-se do País, entre os dias 27 de abril a 7 de maio do corrente ano, a fim de viajar aos Estados Unidos da América, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de março de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário
Deputado Altair Silva - 3º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO JESSE LOPES

Ofício n. 053/2019. Florianópolis, 13 de março de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor

Júlio Garcia

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Autorização para ausentar do País

Cumprimentando-o cordialmente venho por meio de este solicitar autorização para me ausentar do País para tratar de assuntos particulares nos Estados Unidos entre os dias 27 de abril a 7 de maio do corrente ano. Solicito também licença sem remuneração para os dias que ocorrerem a Plenária nesta Casa Legislativa em qual estarei ausente neste período, ou seja, dias 30/04 e 02/05.

Atenciosamente,

Jessé Lopes
Deputado Estadual

*Lido no Expediente
Sessão de 19/03/19*

* * *

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Milton Hobus, Paulinha, Fabiano da Luz, Maurício Eskudlark, Luiz Fernando Vampiro, João Amin e Coronel Mocellin. Havendo quorum regimental, o presidente iniciou os trabalhos, informando sobre a necessidade de convalidação dos Enunciados da Comissão de Constituição e Justiça de números 001/2011, 002/2016 e 003/2018 para que tenham validade nesta Legislatura e, neste sentido, solicitou aos membros que façam um estudo da matéria para deliberação posterior. Na sequência, abriu a palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada, para início da discussão das matérias. O Senhor Deputado Coronel Mocellin deliberou acerca das seguintes matérias: MSV/00017/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto parcial ao PL/172/17, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que institui os Jogos Universitários Catarinenses (JUC's) e adota outras providências. Exarou parecer pela manutenção e admissibilidade da matéria, que posto em discussão e votação, foi concedida vista coletiva aos membros; MSV/00035/2019, de autoria do Governo do Estado, que trata do o veto total ao PL/184/15, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que dispõe sobre a publicidade da agenda de atos políticos do Poder Executivo e adota outras providências. Exarou parecer pela manutenção e admissibilidade da matéria, que posto em discussão e votação, foi concedida vista coletiva aos membros. A Senhora Deputada Paulinha deliberou acerca da seguinte matéria: PLC/0004.0/2019, de autoria da Mesa, que altera a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015, a fim de criar cargos em comissão e funções de confiança que menciona para as Comissões Permanentes de Defesa dos Direitos do Idoso e de Assuntos Municipais, transformar nível de função de confiança da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público e modificar a forma do cômputo do percentual quanto à

reserva dos cargos em comissão aos servidores de cargo efetivo do Poder Legislativo, bem como diminuir o limite de funções gratificadas atribuídas a servidor à disposição; e modifica o art. 7º da Lei Complementar nº 719, de 2018, que alterou a referida Resolução, para o fim de executar, expressamente, dos seus efeitos o acréscimo no adicional de pós-graduação. Exarou parecer favorável com emenda modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro deliberou acerca da seguinte matéria: MSV/00026/2019, de autoria do Governo do Estado, que trata do veto total ao PL/373/17, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a implantação de prontuário eletrônico do paciente nos serviços de saúde públicos e privados, do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi concedida vista ao Deputado Coronel Mocellin. Por fim, o Presidente convocou os membros para a próxima reunião ordinária da Comissão, a ser realizada na próxima terça-feira, doze de março, às dez horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 06 de março de 2019.

DEPUTADO ROMILDO TITON

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de março de dois mil e dezenove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Milton Hobus, Paulinha, Fabiano da Luz, Maurício Eskudlark, Luiz Fernando Vampiro, Ivan Naatz, João Amin e Coronel Mocellin. Havendo quorum regimental, o presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 1ª Reunião Ordinária que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o presidente abriu a palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada, para início da discussão de matérias. O Senhor Deputado Coronel Mocellin apresentou as seguintes matérias: MSV/0023/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto total ao PL/039/16, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que torna obrigatória a divulgação de mensagem relativa

à cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Exarou parecer pela manutenção do veto que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Luiz Fernando Vampiro; MSV/0036/2019, de autoria do Governo de Estado, que dispõe sobre veto total ao PL/048/18, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que institui o Programa Cidade Amiga do Idoso. Exarou parecer pela manutenção do veto. Após discussão, o Senhor Deputado Ivan Naatz apresentou voto vista pela rejeição do veto, que foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Coronel Mocellin; PL/0021.6/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que cria o Parque Estadual da Praia de Taquarinhas, no Município de Balneário Camboriú e adota outras providências. Efetuou requerimento de diligência externa ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: PL/0003.4/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que reconhece o Município de Piratuba como a “Capital Turística do Alto Uruguai Catarinense”. Efetuou requerimento de diligência ao Município de Piratuba e à Federação Catarinense de Municípios que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PLC/0001.8/2018, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera o inciso VII do Art. 2º da Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece providências. Efetuou requerimento de diligência à Casa Civil e por meio desta, à Secretaria de Segurança Pública, para que ouvindo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros manifestem-se sobre a matéria. O Senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro apresentou as seguintes matérias: MSV/00061/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto total ao PL/043/18, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a isenção do pagamento de direitos autorais nas execuções de obras musicais realizadas sem fins lucrativos no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria, com voto contrário dos Deputados João Amin, Ivan Naatz e Coronel Mocellin; PL/0004.5/2019, de autoria do Governo do Estado, que obriga os estabelecimentos públicos e privados no Estado de Santa Catarina a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do transtorno do espectro autista - autismo. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Coronel Mocellin. O Senhor Deputado Fabiano da Luz apresentou as seguintes matérias: MSV/0034/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto parcial ao PL/066/18, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que proíbe a produção de mudas e o plantio da “Spathodea campanulata”, também conhecida como Espatóddea, Bisnagueira, Tulipeira-do-Gabão, Xixi-de-Macaco ou Chama-da-Floresta e incentiva a substituição das existentes. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A senhora Deputada Paulinha apresentou acerca das seguintes matérias: MSV/00056/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto total ao PL/395/16, de autoria do Deputado Valmir Comin, que institui a Política Estadual de Produção de Energias Renováveis, contemplando as fontes primárias, solar, eólica, hidráulica, maré-motriz, processo de geração de energia oriundos do bagaço de cana-de-açúcar, casca de arroz, cavacos de madeira, lixo orgânico e demais fontes primárias, cujo avanço tecnológico diversifique a matriz energética do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável ao veto, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados João Amin, Romildo Titon, e Ivan Naatz; MSV/00062/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto total ao PL/080/18, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que institui o Programa Dinheiro na Escola na Rede Estadual de Ensino, e adota outras providências. Exarou parecer pela admissibilidade e manutenção do veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/01382/2018, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto total ao PL/131/17, de autoria do Deputado Jean

Kuhlmann, que dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares e adota outras providências. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria, com voto contrário dos Deputados Maurício Eskudlark e Fabiano da Luz. Em seguida, o Presidente colocou em discussão e votação a MSV/00017/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre veto parcial ao PL/172/17, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que institui os Jogos Universitários Catarinenses (JUC's) e adota outras providências. Os membros devolveram vista sem manifestação, sendo aprovado por unanimidade o parecer pela admissibilidade ao veto exarado pelo relator, Deputado Coronel Mocellin. Ato contínuo, com a anuência dos membros, deu-se início à relatoria das matérias extrapauta. O Senhor Deputado Milton Hobus apresentou extrapauta as seguintes matérias: MSV/00022/2019 que dispõe sobre veto total ao PL/017/15, de autoria do Deputado Leonel Pavan, que obriga os bancos, as empresas de cartão de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel e os provedores de internet e televisão por assinatura a disponibilizarem aos usuários mecanismos capazes de gerar protocolo que lhes permita comprovar o teor e a data de suas solicitações. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00040/2019 que dispõe de veto Parcial ao PL/247/18, de autoria do Governador do Estado, que Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015. Exarou parecer pela admissibilidade e manutenção do veto, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Ivan Naatz, Coronel Mocellin, Paulinha, Fabiano da Luz e Maurício Eskudlark; MSV/00041/2019 que dispõe sobre veto Parcial ao PL/246/18, de autoria do Governador do Estado, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019. Exarou parecer pela rejeição parcial do veto, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Ivan Naatz, Coronel Mocellin, Paulinha, Fabiano da Luz e Maurício Eskudlark; O Senhor Deputado João Amin apresentou extrapauta as seguintes matérias: MSV/00028/2019 que dispõe sobre veto Total ao PL/148/18, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que Altera a Lei nº 7.543, de 1988, que “Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências”, para o fim de isentar os veículos movidos a motor elétrico e híbrido. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Coronel Mocellin; MSV/01422/2019 que dispõe sobre veto total ao PL/269/18, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que Altera a Lei nº 10.297, de 1996, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências”, a fim de incluir a farinha de arroz na relação de mercadorias que compõem a cesta básica do Estado de Santa Catarina. Exarou pela rejeição ao veto, que posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; MSV/00059/2019 que dispõe de veto Total ao PL/533/17, de autoria do Deputado Valmir Comin, que Altera a Lei nº 17.220, de 2017, que “Dispõe sobre a dissolução, liquidação e extinção da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB), autoriza a alienação e transferência de ativos e estabelece outras providências”, para o fim de destinar os ativos remanescentes da COHAB à política habitacional do Estado de Santa Catarina, incluindo os programas de regularização fundiária. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria com voto contrário do Deputado Coronel Mocellin. O Senhor Deputado Ivan Naatz apresentou extrapauta as seguintes matérias: MSV/00025/2019, que dispõe de veto total ao PL/048/17, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e

transexuais no âmbito da Administração Pública de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao Deputado Maurício Eskudlark. Em seguida, o Presidente convocou os membros para a próxima reunião da Comissão, que ocorrerá no dia dezoito de março às dez horas, na sala de reunião das comissões e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 12 de março de 2019.

DEPUTADO ROMILDO TITON

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte e sete dias de fevereiro de dois mil e dezoito, às 11 horas, reuniram-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Deputado Dr. Vicente Caropreso os seguintes deputados: José Milton Scheffer, Deputada Marlene Fengler, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fernando Krelling e Deputado Jessé Lopes. O Presidente Deputado Dr. Vicente Caropreso abriu os trabalhos e submeteu a aprovação da Ata da reunião de instalação da referida Comissão que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o presidente solicitou que a Senhora Janice Aparecida Steidel Krasniak Assessora Técnica Administrativa da Comissão que explanasse sobre o planejamento e a importância dos eventos e a parceria com as entidades. Foi explanado que além da capacitação dos profissionais durante os seminários, são discutidas políticas públicas em todo o estado com o objetivo de tornar o território catarinense mais inclusivo e com mais oportunidade para as pessoas com deficiências e suas famílias. Por unanimidade foram aprovados os seguintes eventos: Seminário Currículo Funcional Natural/APAE Escola a ser realizado na ALESC, Apoio ao Festival Nossa Arte que será realizado em Joinville, Seminário Residência Inclusiva e Projetos que será realizado na ALESC, Seminário Autismo: da intervenção precoce a socialização e inclusão no mundo do trabalho que será realizado em Imbituba, apoio ao Encontro de recreação e lazer das APAEs do Brasil que será realizado no Parque Beto Carreiro Word, Seminário sobre Síndrome de Down que será realizado em Araranguá, Chapecó e Campos Novos, II seminário de prevenção às deficiências das APAEs do Vale do Uruguai que será realizado em São Miguel do Oeste tendo como proponente o Dep. Mauro de Nadal, II Seminário estadual dos Autodefensores, Congresso Nacional de Prevenção e Saúde que será realizado em parceria com a Federação das APAEs e Universidade Federal, Seminário sobre Disfagia que será realizado na ALESC, Seminário caminhos para a inclusão humana e estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão escolar que será realizado em Rio do Sul, Seminário "Conscientização sobre a Esclerose Múltipla" que será realizado na ALESC ou em São José, Seminário de Educação Inclusiva que será realizado em Porto União, Seminário sobre a empregabilidade da pessoa com deficiência que será realizado em Curitiba, Seminário: A inclusão e seus desafios que será realizado em Balneário Camboriú, Seminário sobre Autismo a ser realizado em Indaial, Seminário: Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil e ensino fundamental que será realizado em Orleães, Seminário: Autismo e seus desafios que será realizado em Jaraguá do Sul e III Seminário de Prevenção das Deficiências do Médio Vale do Itajaí: Autismo da Prevenção a Inclusão. A assessora ressaltou que como os eventos são realizados em parceria com diversas entidades os títulos dos mesmos poderão sofrer alterações. Após solicitar sugestões dos membros para novos eventos, o presidente dos trabalhos informa que no dia vinte e oito de fevereiro de 2019, a sessão ordinária fará um intervalo, para o manifesto da presidente de Doenças Raras, senhora Margarete Carreirão, em alusão ao dia internacional das doenças raras. O deputado

presidente fala sobre alguns eventos constante no planejamento, destacando a importância e o prestígio destes. A Deputada Marlene enaltece o trabalho da comissão e informa que, a parceria com a Escola do Legislativo continuará nesta gestão dando apoio aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão. O Deputado Dr. Vicente Caropreso convidou todos os deputados membros da Comissão para juntos visitarem o Centro Catarinense de Reabilitação, Centro este que é presidido pelo ortopedista Marcelo Lemos. Em sequência o deputado informa que está buscando informações e logo trará para o grupo, informações sobre acidentes de trânsito que deixam várias pessoas com deficiência e prejudicam os familiares das mais diversas formas. Em sequência convidou o presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, senhor Rubens Feijó, que após cumprimentar os presentes colocou-se a disposição para uma gestão compartilhada, visando iniciativas de parcerias e comprometeu-se em organizar um Conselho Consultivo na FCEE onde a Comissão fará parte. Relatou que a FCEE possui convênio de cedência de profissionais para 209 APAES, onde é repassado o Fundo Social para 189 instituições e pecúnia para 12 instituições, com um total de aproximadamente quarenta milhões de reais. Foram disponibilizados mais de dois mil professores para as APAEs e a no Campus da FCEE são oitocentos efetivos. No seu Campus a FCEE atende as pessoas com os diversos tipos de deficiência, além de ministrar capacitações e desenvolver pesquisas. O Deputado José Milton Scheffer fala sobre a importância da FCEE, dando destaque para sua bela história no que tange a inclusão social. Convida o presidente da FCEE para participar no dia 21 de março do VII Seminário e VI Jornada de atualização em síndrome de Down. Após, questionado sobre a fiscalização em relação aos recursos destinados, Deputado Vicente Caropreso afirma que as instituições recebem todo um regramento concernente a cedências de professores e que, o pecúnia, é tratado da mesma forma. O presidente Feijó se compromete, tendo assumido apenas a três dias, consultar a assessoria jurídica, onde buscará resolver a questão do melhor modo. O Deputado Valdir Cobalchini informa que, em contato com a casa civil, obteve o retorno de que o estado acatará as decisões judiciais. O Presidente da FCEE Rubens Feijó comentou sobre a grande diferença para o estado, caso fosse adotado a modalidade pecúnia. Compreende a dificuldade das APAEs e se compromete a tratar a questão da melhor maneira possível, tendo em vista, que este não é um problema muito simples de resolver. O Deputado Vicente Caropreso, ressaltou sobre a importância de resolver o problema do melhor modo possível, tendo em vista as dificuldades financeiras do estado. Em sequência concede a fala para a Deputada Marlene Fengler, parabena o presidente da FCEE e tecer elogios sobre o trabalho, levanta a dificuldade sobre os valores do pecúnia, com consequências nas contratações de professores qualificados. Solicita informações sobre a real função da FCEE, buscando verificar os objetivos e práticas, e solicita que seja repassado para os membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência um relatório para que os mesmos possam contribuir com a Instituição. O presidente da FCEE relatou a dificuldade de manter os médicos, tendo em vista que estes preferem ir trabalhar nos hospitais, pois recebem melhor e em sequência convidou os deputados para uma visita e se compromete a levantar todas as informações que se fizerem necessários e apresentar na Comissão. O Presidente da Comissão Deputado Vicente Caropreso solicita um relatório dos dois últimos anos, para que os parlamentares possam conhecer e avaliar com mais propriedade a produção da FCEE. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasniak Assessora Técnica Administrativa da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e membros e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

* * *

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos doze dias do mês de março de dois mil e dezenove, às treze e trinta horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência da Deputada Ada De Luca, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foi registrada a presença das senhoras Deputadas: Ada De Luca e Marlene Fengler e dos senhores Deputados: Fabiano da Luz, Bruno Souza e Jessé Lopes. Em cumprimento ao Regimento Interno, a senhora Presidente Deputada Ada De Luca agradeceu aos senhores(as) Deputados(as) pela presença, submeteu à apreciação da Ata de Instalação, que colocada em discussão foi aprovada por unanimidade. A senhora Presidente iniciou a pauta da reunião, fez a leitura dos Requerimentos apresentados a Comissão: a) Requerimento de autoria do senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, junto a Comissão para a realização de Audiência Pública que promoverá debate sobre a temática “A Violência Policial contra a População de Periferia, Movimentos Sociais e Culturais da Grande Florianópolis”, que se aprovada será realizada no dia 27 de março de dois mil e dezenove, no Auditório Antonieta de Barros, das 19:00 às 22:00 horas. Após discussão sobre o requerimento em tela ficou decidido, dar orientação ao requerente para reformular o requerimento retirando a expressão “A Violência Policial contra”, e apresentá-lo na comissão para nova votação, que colocado em discussão foi aprovado por unanimidade. b) Requerimento de autoria da senhora Deputada Ada De Luca, junto a Comissão atendendo a solicitação do Instituto de Desenvolvimento de Direitos Humanos (IDDDH), para a realização de Audiência Pública que promoverá debate sobre a temática “Mulheres no Cárcere em Santa Catarina, onde estão suas/seus Filhas/os?”, que se aprovada será realizada no dia 10 de maio de dois mil e dezenove, no Plenarinho Paulo Stuart. Wright, com horário a ser definido. Após explanação feita pela autora do requerimento, foi colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade. c) “Requerimento de autoria da senhora Deputada Marlene Fengler, junto a Comissão para a realização de Audiências Públicas com o objetivo de discutir, avaliar e propor ações relacionadas à “Violência contra a Mulher e ao Feminicídio”, que se aprovadas serão realizadas em locais, datas e horários a serem definidos. Após explanação feita pela autora do requerimento justificando a apresentação, esclareceu que serão realizadas seis (06) Audiências Macro Regionais, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores(as) Deputados(as) e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Jorge Luiz Biella, Chefe da Secretaria, lavei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e membros(as) e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Ada De Luca
Presidente

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezenove, às treze e trinta horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência da Deputada Ada De Luca, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foi registrada a presença das senhoras Deputadas: Ada De Luca e Marlene Fengler e dos senhores Deputados: Fabiano da Luz, Bruno Souza, Milton Hobus e Jessé Lopes. Em cumprimento ao Regimento Interno, a senhora Presidente Deputada Ada De Luca agradeceu aos senhores(as) Deputados(as) pela presença, leu a justificativa da ausência do senhor Deputado Moacir Sopelsa, submeteu à apreciação da Ata da 2ª Reunião, que colocada em discussão foi aprovada por unanimidade. A senhora Presidente iniciou fazendo a leitura para dar conhecimento aos membros da Comissão do Convite recebido da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da

Câmara dos Deputados, que foi encaminhado aos membros, para participar de Audiência Pública dia 27 de março de 2019, às quatorze horas, no Plenário 9, Anexo II da Câmara dos Deputados para debater uma agenda comum na área, de modo a subsidiar o trabalho do colegiado parlamentar no ano de 2019, deixando livre os membros para participar do evento. Continuando com a pauta da reunião, fez a leitura do Requerimento reapresentado a Comissão para a realização de Audiência Pública de autoria do senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, com a nova redação da temática: “A Segurança Pública e sua relação com a População de Periferia, Movimentos Sociais e Culturais da Grande Florianópolis”, que se aprovada será realizada no dia 27 de março de dois mil e dezenove, no Auditório Antonieta de Barros, das 19:00 às 22:00 horas. Após discussão sobre o requerimento em tela ficou decidido, encaminhar ofícios convites para as seguintes autoridades. Dr. Daniel Paladino Promotor de Justiça na Área de Direitos Humanos e Cidadania da Comarca da Capital; Dr. Wanderley Redondo Delegado da Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas; Comandante Carlos Alberto de Araujo Gomes Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina o qual foi aprovado por unanimidade. A senhora Deputada Marlene Fengler leu seu Parecer favorável ao PL/0121.9/2018, de autoria do senhor Deputado Vicente Caropreso que, “Altera a Lei nº 14.365, de 2008, que “Determina a fixação de cartazes, nos locais que especifica, com mensagem sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes”, para incluir os cinemas na lista dos estabelecimentos abrangidos pela norma”. que colocado em discussão votação foi aprovado por maioria com voto contrário do senhor Deputado Bruno de Souza. A senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores(as) Deputados(as) e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Jorge Luiz Biella, Chefe da Secretaria, lavei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e membros(as) e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Ada De Luca
Presidente

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DAS 1ª e 2ª SESSÕES LEGISLATIVAS DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às treze horas, com amparo no § 1º do artigo 125 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 0024-DL, de 19 de fevereiro de 2019, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a presidência do Deputado Romildo Titon, os Deputados Membros da Comissão de Legislação Participativa: Marcius Machado, Neodi Saretta e o Ismael dos Santos em substituição ao Deputado Kennedy Nunes. Foi encaminhado ofício justificando a ausência do Deputado Jair Miotto. Abertos os trabalhos de instalação referente às 1ª e 2ª Sessões Legislativas da 19ª Legislatura, o Presidente da Reunião de Instalação iniciou as inscrições para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, sendo apresentada a indicação do Deputado Marcius Machado para Presidente e do Deputado Kennedy Nunes para Vice-Presidente. Após votação, foi declarada a eleição por unanimidade dos Deputados Marcius Machado e Kennedy Nunes para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Em seguida, o Senhor Deputado Marcius Machado passou a presidir a reunião, agradeceu aos Senhores Deputados pela condução à Presidência e abriu a palavra para livre manifestação dos membros. Em seguida, colocou em discussão o dia e o horário em que a comissão realizará as reuniões ordinárias nesta legislatura, conforme determina o Art. 133, § 1º do Regimento Interno. Após votação, ficou acordado que as reuniões ocorrerão às quartas feiras, às 9 horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Aline Covolo Ravara, Chefe da Secretaria, lavei a presente ata, que será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Marcius Machado - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Deputado Neodi Saretta - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ALESC.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois e dezenove, às dezessete horas, com amparo no artigo 151 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do senhor Deputado **Marcos Vieira**, foram abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua interdição até a atualidade. Foram registradas as presenças dos senhores Deputados **Bruno Souza**, **Fernando Krelling**, **Jessé Lopes**, **João Amin**, **Sargento Lima**, **Marlene Fengler**, substituindo o Deputado **Kennedy Nunes** e **Volnei Weber**, substituindo o Deputado **Jerry Comper**. O Senhor Presidente abriu a reunião e, em seguida, a suspendeu para a inscrição dos nomes para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão. Foram apresentadas as inscrições dos Deputados **Jessé Lopes** e **Marcos Vieira**, para Presidente, Deputado **João Amin** para Vice-Presidente e Deputado **Bruno Souza** para Relator. Após a votação, foram eleitos os Senhores Deputados **Marcos Vieira** para Presidente, por maioria dos votos, Deputado **João Amin** para Vice-presidente e Deputado **Bruno Souza** para Relator, por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente questionou ao senhor Deputado **Bruno Souza**, Relator da Comissão, se irá fazer a indicação de Relator-Adjunto, sendo que o mesmo informou que fará a indicação posteriormente e agradeceu aos demais membros pela condução à relatoria. Em seguida, o Senhor Presidente designou nova reunião para discussão do roteiro dos trabalhos a ser apresentado pelo Relator no próximo dia doze, às nove horas, na Sala de Reunião das Comissões. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck, Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito, lavrei a presente ata, que após lida será assinada pelo senhor Presidente e pelos membros.

Deputado Marcos Vieira - Presidente
Deputado João Amin - Vice-Presidente
Deputado Bruno Souza - Relator
Deputado Fernando Krelling - Membro
Deputado Jerry Comper - Membro
Deputado Jessé Lopes - Membro
Deputado Kennedy Nunes - Membro
Deputado Sargento Lima - Membro

* * *

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 1ª e 2ª SESSÕES LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às 13:15 horas, com amparo no § 1º do artigo 125 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 0024-DL, de 19 de fevereiro de 2019, reuniram-se no Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a presidência da senhora Deputada Ada de Luca, os senhores Deputados Membros da Comissão de Segurança Pública, Deputada Paulinha, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Colbalchini, Deputado Bruno Souza e Deputado Mauricio Eskudlark. Foram abertos os trabalhos de instalação da Comissão de Segurança Pública, referente a 1ª e 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. O Presidente da Reunião de Instalação abriu inscrição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, sendo apresentada a indicação do Senhor Deputado Mauricio Eskudlark para Presidente e da Senhora Deputada Paulinha para Vice-Presidente. Após a votação, o Senhor Presidente declarou-os eleitos por unanimidade. Após eleição, o Senhor Deputado Mauricio Eskudlark assumiu a Presidência dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência e abriu a palavra para livre manifestação dos membros. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão o dia e o horário em que a comissão realizará as reuniões ordinárias nesta legislatura, conforme determina o Art. 133, § 1º do Regimento Interno. Após votação, ficou acordado que as

reuniões ocorrerão nas quarta-feiras, às 11:00 horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Mauricio Eskudlark - Presidente
Deputado Milton Hobus - Membro
Deputado Valdir Colbalchini - Membro
Deputado Fabiano da Luz - Membro
Deputado Bruno Souza - Membro
Deputado Ada de Luca - Membro
Deputada Paulinha - Membro

* * *

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DAS 1ª E 2ª SESSÕES LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às onze horas e trinta minutos, com amparo no § 1º do artigo 125 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 0024-DL, de 20 de fevereiro de 2019, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a presidência da senhora Deputada Ada de Luca, os senhores Deputados: Luciane Carminatti, Jair Miotto, Marcos Vieira, Luiz Fernando Vampiro, Bruno Souza, Felipe Estevão que não compareceu sobre a justificativa de estar em Brasília.DF. Membros da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Foram abertos os trabalhos de instalação da Comissão Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, referente as 1ª e 2ª Sessões Legislativa da 19ª Legislatura. A Presidente da Reunião de Instalação abriu inscrição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, sendo apresentada a indicação do Senhor Jair Miotto para Presidente e do Senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro, para Vice-Presidente. Após a votação, a Senhora Presidente declarou-os eleitos, o Presidente e o Vice por unanimidade. Após eleição, o Senhor Deputado Jair Miotto assumiu a Presidência dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência e abriu a palavra para livre manifestação dos membros. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão o dia e o horário em que a comissão realizará as reuniões ordinárias nesta legislatura, conforme determina o Art. 133, § 1º do Regimento Interno. Após votação, ficou acordado que as reuniões serão quinzenais e ocorrerão nas terças-feiras, às dezoito horas. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Dep. Jair Miotto
Dep. Luiz Fernando Vampiro
Dep. Luciane Carminatti
Dep. Ada de Luca
Dep. Bruno Souza
Dep. Marcos Vieira
Dep. Felipe Estevão

* * *

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia treze de março de dois mil e dezenove, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Bruno Souza, Fernando Krelling, Jerry Comper, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti e Sargento Lima. Os Deputados Milton Hobus e Marcius Machado foram substituídos pelos Deputados Mauricio Eskudlark e Marlene Fengler, respectivamente. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente apresentou uma proposta de alteração do horário das reuniões ordinárias passando das dez horas para as nove horas e trinta minutos. Esta alteração daria à Comissão de trabalho mais tempo para realização de seus trabalhos e evitaria conflito com os

trabalhos do Plenário, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente apresentou um Requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes solicitando uma reunião com a Comissão para apuração de matéria jornalística a respeito de altos salários na Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC, publicada no site do Jornal Notícias do Dia, posto em discussão a Deputada Luciane Carminatti disse que analisou a matéria noticiada pela imprensa estadual que consultou o Reitor e a Administração da UDESC e que de acordo com a parlamentar existe uma justificativa legal de acumulações de gratificações, ocorridas antes da atual Reitoria. Segundo a Deputada, tanto a UDESC quanto a Comissão de Educação tem interesse em esclarecer os fatos. O Presidente propôs enviar ofício ao Secretário de Administração do Estado e também ao Reitor solicitando informações dos referidos salários. Com a concordância de todos os Deputados ficou acertado o envio dos referidos ofícios. O Presidente apresentou também Requerimento de autoria da Deputada Luciane Carminatti solicitando a realização de uma Audiência Pública para promover o debate sobre o estudo realizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina com a nomenclatura "Emancipação dos Municípios catarinenses: análise estatística dos impactos econômicos da fragmentação territorial", posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0028.2/2019, que reinstalou benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista aos Deputados Bruno Souza, Fernando Krelling, Jerry Comper, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Marcius Carvalho, Milton Hobus e Sargento Lima. **A Deputada Marlene Fengler** apresentou relatório do Deputado Milton Hobus ao PL./0024.9/2019, que Altera a Lei nº 17.566, de 2018, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e estabelece outras providências", para suprimir os percentuais fixados de redução do montante de renúncia de receita, nos exercícios financeiros de 2019 a 2022, e ampliar o prazo para a Secretaria de Estado da Fazenda apresentar estudo dos benefícios fiscais em vigência e encaminhá-lo ao Poder Legislativo para homologação, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** apresentou relatório do Deputado Milton Hobus ao PLC/0004.0/2019, que altera a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 2015, a fim de criar cargos em comissão e funções de confiança que menciona para as Comissões Permanentes de Defesa dos Direitos do Idoso e de Assuntos Municipais, transformar nível de função de confiança da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público e modificar a forma do cômputo do percentual quanto à reserva dos cargos em comissão aos servidores de cargo efetivo do Poder Legislativo, bem como diminuir o limite de funções gratificadas atribuídas a servidor à disposição; e modifica o art. 7º da Lei Complementar nº 719, de 2018, que alterou a referida Resolução, para o fim de excetuar, expressamente, dos seus efeitos o acréscimo no adicional de pós-graduação, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, treze de março de dois mil e dezoito.

Deputado MARCOS VIEIRA
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO TRIMESTRAL EM BEBEDORES ELÉTRICOS PARA GARRAÇÃO DE 20L DE ÁGUA, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ANUAL, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.

DATA: 10/04/2019 - **HORA:** 09:00 h

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 10 de abril de 2019. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada no 8º andar, da Unidade Administrativa Dep. Aldo Schneider - Avenida Mauro Ramos, 300 - Centro - Florianópolis/SC Florianópolis/SC, 26 de Março de 2019.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações e Contratos

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0024.5/2019

Ofício nº 017/2019 Rio do Sul, 18 de Março de 2019. Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), de Rio do Sul, referente ao exercício de 2018.

Paulo Roberto Tschumi
Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

OFÍCIO Nº 0025.6/2019

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Centro Evangélico de Educação, Cultura e Assistência Social (CEEDUC), de Joinville, referente ao exercício de 2018.

Sérgio Melfion
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

OFÍCIO Nº 0026.7/2019

Rodeio, SC 15 de março de 2019. Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Circulo Trentino Di Rodeio, de Rodeio, referente ao exercício de 2018.

Felício Moser
Tesoureiro

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

Ofício nº 00129/2019 Florianópolis, 19 de março de 2019. A sua Excelência o Senhor Presidente

Deputado JULIO GARCIA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis-SC

Excelentíssimo Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para comunicar que o líder do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, conforme entendimento entre os parlamentares eleitos é o subscritor Deputado Estadual Dr. Vicente Caropreso.

Atenciosamente,

Deputado Estadual Dr. Vicente Caropreso

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1125, de 27 de março de 2019**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 08 de março de 2019.

Gab Dep Jose Milton Scheffer

Matrícula	Nome do Servidor
8809	THIAGO JOSE DE CHAVES

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1126, de 27 de março de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **WAGNER NUNES RODRIGUES** matrícula nº 8412, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2019 (Gab Dep Jair Miotto).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1127, de 27 de março de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSE PAULO DA CUNHA** matrícula nº 8505, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2019 (Gab Dep Jair Miotto).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1128, de 27 de março de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUCIANO CHAPLIN RODRIGUES** matrícula nº 8785, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2019 (Gab Dep Jair Miotto).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1129, de 27 de março de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO ROBERTO DALMOLIN** matrícula nº 3843, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2019 (Gab Dep Jair Miotto).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1130, de 27 de março de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RONI GEFERSON DI DOMENICO** matrícula nº 9306, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2019 (Gab Dep Jair Miotto).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

**PROPOSTAS DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0002.0/2019**

Acrescenta inciso XVI ao art. 39 da Constituição do Estado, para submeter à homologação da Assembleia Legislativa os projetos de parcerias público-privadas deliberadas pelo Chefe do Poder Executivo, bem assim como as concessões a que se refere o art. 8º, todos da Constituição do Estado.

Art. 1º O art. 39 passa a vigorar acrescido de inciso XVI com a seguinte redação:

“Art. 39.....

XVI - homologar, previamente à contratação, os projetos de parcerias público-privadas deliberadas pelo Chefe do Poder Executivo, bem assim como as concessões a que se refere o art.8º;

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigência na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Milton Hobus
Deputado Laércio Schuster
Deputado João Amin
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Romildo Titon
Deputado Nazareno Martins
Deputado Altair Silva
Deputado Vicente Caropreso
Deputado Ivan Naatz
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Marcos Vieira
Deputado Maurício Eskudlark
Deputada Marlene Fengler
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Neodi Saretta
Deputado Rodrigo Minotto
Deputado Jerry Comper
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Paulinha
Deputado Fabiano da Luz
Deputado Fernando Krelling

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

JUSTIFICAÇÃO

A Lei n. 17.156, de 05 de junho de 2017, instituiu “o marco regulatório dos programas de parceria público-privadas, no âmbito do Estado de Santa Catarina”, com o objetivo de disciplinar e promover a realização de parcerias entre o setor público e o privado, tendo como norte as previsões da Lei federal nº 11.079, de 2004 e normas afins.

É obrigação do Poder Legislativo estar atento às demandas governamentais, no sentido de fiscalizar sua consonância com o interesse público e o seu efetivo valor social, de vez que, é no Parlamento que se dá sempre, de modo transparente, o embate e a discussão dos interesses implícitos nas contratações feitas pelo Poder Executivo.

Nesses tempos contemporâneos de revisão de valores republicanos e de efetiva fiscalização dos atos da administração pública, entendemos imprescindível a inclusão desta Casa Legislativa na chancela das parcerias público-privadas deliberadas pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

Na expectativa de que a aprovação desta PEC resultará em reforço de legitimação dos contratos de parceria público-privadas firmados pelo Chefe do Poder Executivo estadual, solicito apoio de Vossas Excelências para sua aprovação.

Deputado Milton Hobus
Deputado Laércio Schuster
Deputado João Amin
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Romildo Titon
Deputado Nazareno Martins
Deputado Altair Silva
Deputado Vicente Caropreso
Deputado Ivan Naatz
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Marcos Vieira
Deputado Maurício Eskudlark
Deputada Marlene Fengler
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Neodi Saretta
Deputado Rodrigo Minotto
Deputado Jerry Comper
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Paulinha
Deputado Fabiano da Luz
Deputado Fernando Krelling

* * *

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0003.1/2019

Acresce o § 3º ao art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 23.

§ 3º A alteração do valor nominal do subsídio e da remuneração de que trata o inciso III deste artigo, bem como o reajuste, ficam condicionados, em todas as hipóteses, à aprovação de lei específica, respeitadas as competências privativas, vedada a vinculação remuneratória automática.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Bruno Souza
Deputado Laércio Schuster
Deputado Jessé Lopes
Deputado Ricardo Alba
Deputado Volnei Weber
Deputado Marcius Machado
Deputado Sargento Lima
Deputado Felipe Estevão
Deputado Fernando Krelling
Deputado Nazareno Martins
Deputado Jair Miotto
Deputado João Amin
Deputada Luciane Carminatti
Deputada Ana Campagnolo
Deputado Altair Silva
Deputado Sérgio Motta

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda à Constituição acrescentando o § 3º, ao art. 23, tem por objetivo dispor sobre o valor nominal da remuneração lá fixada bem como o efeito cascata.

Pelo aspecto formal, o presente projeto encontra-se fundamentado pelos comandos preestabelecidos do art. 49, inciso I, da Constituição Estadual. De igual sorte a presente proposta de Emenda encontra-se enquadrada consoante a técnica legislativa elencada na LC estadual n. 589/2013, bem como nos comandos regimentais art. 267 à 272, CESC, os quais tratam especificamente das Propostas de Emendas à Constituição. Nesse sentido, estão regidamente atendidos os ditames formais para aprovação e seguimento da presente matéria.

Quanto ao aspecto material, é público e notório o estado de calamidade financeira que Santa Catarina vive. O próprio secretário da Fazenda, Sr. Paulo Eli, afirmou Neste Parlamento categoricamente que o estado pode não conseguir suprir com as verbas salariais nos próximos meses, na mesma linha o Governador Moisés tem dado entrevistas na grande mídia sobre o assunto. Evidenciando que há uma verdadeira “sangria” em nossas contas, as quais esta Casa tem a obrigação legal e moral de buscar soluções.

Nessa esteira, a presente Proposta de Emenda à Constituição visa diminuir os efeitos do chamado efeito cascata automático em Santa Catarina.

No início deste ano, 900 servidores, que já recebiam o teto constitucional do Estado de 30,4 mil reais (valor correspondente a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, mencionado no Art. 23 da Constituição Estadual), obtiveram desbloqueio do teto, o qual passou a ser de 35,3 mil reais.

“CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Art. 23. A remuneração e o subsídio dos servidores da administração pública de qualquer dos Poderes, atenderão ao seguinte:

II - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, **não poderão exceder o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Estaduais;**”

Este desbloqueio do teto resultou no aumento dos vencimentos de tais servidores, aumento este que já tem seus impactos no ano corrente, orçado em 78 milhões de reais extras a serem desembolsados pelo Estado Catarinense.

A justificativa material e moral da presente proposta é que este aumento nominal deveria passar pelo legislativo nos casos futuros, este que é o guardião do orçamento.

O Estado não pode ficar engessado por aumentos impostos em efeito cascata, necessitamos ter a opção: investir os recursos em mais saúde, educação e segurança, ou em maiores salários para quem já ganha o teto.

Neste sentido, solicito aos meus Pares para que em conjunto possamos dar uma resposta aos anseios dos catarinenses os quais já sofrem com os repasses desiguais resultantes do pacto federativo com pouquíssimo retorno. Isso, antes de tudo, é respeitar o pagador de impostos.

Deputado Bruno Souza
Deputado Laércio Schuster
Deputado Jessé Lopes
Deputado Ricardo Alba
Deputado Volnei Weber
Deputado Marcius Machado
Deputado Sargento Lima
Deputado Felipe Estevão
Deputado Fernando Krelling
Deputado Nazareno Martins
Deputado Jair Miotto
Deputado João Amin
Deputada Luciane Carminatti
Deputada Ana Campagnolo
Deputado Altair Silva
Deputado Sérgio Motta

* * *

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 049.7/2019**

Dispõe sobre a vedação à discriminação contra crianças e adolescentes com deficiência ou acometidos por doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas.

Art. 1º É vedada a discriminação contra crianças e adolescentes com deficiência ou acometidos por doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - deficiência: toda e qualquer incapacidade ou desabilidade, física ou mental, que limite parcial ou substancialmente uma ou mais atividades fundamentais da pessoa no seu dia a dia; e

II - doença crônica: toda e qualquer enfermidade não contagiosa de caráter permanente que limite total ou parcialmente uma ou mais atividades diárias fundamentais ou que requeiram medicação e tratamento específico, tais como alergias, diabetes tipo I, hepatite tipo C, epilepsia, anemia hereditária, asma, síndrome de Tourette, lúpus e intolerância alimentar de qualquer tipo, entre outros.

Art. 2º A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes sanções, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas na legislação:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por infração, dobrada em caso de reincidência, reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Sérgio Motta

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

JUSTIFICAÇÃO

Venho apresentar proposição legislativa com a intenção de vedar quaisquer tipos de discriminação contra crianças ou adolescentes com deficiência ou acometidos por doença crônica no âmbito das instituições educacionais do Estado de Santa Catarina.

Não se pode conceber que tais pessoas, já submetidas a diversas limitações e sofrimentos decorrentes da condição física e de saúde que dispõem, ainda não tenham suas peculiaridades observadas nas instituições de ensino.

Do ponto de vista constitucional, a matéria encontra-se alicerçada no art. 23, inciso II, da Carta Federal, que estabelece tratar-se de "competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência".

Frente ao exposto, dada a relevância do Projeto de Lei em foco, conto com o apoio dos colegas Parlamentares para sua aprovação.

Deputado Sérgio Motta

* * *

PROJETO DE LEI Nº 050.0/2019

Dispõe sobre a adoção de medidas nas escolas da rede estadual de ensino, no Estado de Santa Catarina, que proporcionem segurança aos alunos no ambiente escolar.

Art. 1º As escolas da rede estadual de ensino, no Estado de Santa Catarina, devem adotar medidas que proporcionem segurança aos alunos no ambiente escolar.

Art. 2º As medidas de segurança de que trata esta Lei serão realizadas por meio da vigilância humana presente nas escolas, e consistem:

I - no controle à entrada e à saída de pessoas às dependências da escola, por meio de documento com foto, inclusive de funcionários terceirizados e prestadores de serviço;

II - na proibição da entrada de veículos que não estejam devidamente cadastrados ou sem a devida comunicação antecipada de visita à escola;

III - no fechamento dos portões de acesso ao estabelecimento de ensino, após o início das aulas; e

IV - no impedimento ao acesso de vendedores ambulantes e de pessoas não autorizadas na área escolar.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, vigilância humana é o serviço prestado por vigilantes quanto à prevenção de crimes ou atos que atentem contra a segurança no ambiente escolar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Sérgio Motta

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/19

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil assistiu perplexo, no dia 13 de março do corrente ano, o massacre ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, no Município de Suzano, Estado de São Paulo, onde dois ex-alunos mataram cinco estudantes e duas servidoras.

A tragédia reacendeu o pânico no tocante à segurança nas escolas e, apesar de não termos, no Estado de Santa Catarina, registros de sinistros como o de Suzano, no dia 15 de março do ano em curso, uma arma calibre 22 foi encontrada com um adolescente de 15 anos, numa escola do Município catarinense de São Bonifácio.

O fato de a arma portada pelo adolescente estar sem munição não diminuiu a preocupação da escola, visto que a relevância do feito deu-se em função da entrada do revólver no ambiente escolar sem que fosse percebido.

Temos consciência de que o tema exige muito estudo e planejamento, bem como grandes investimentos, fatores que nos veda a deflagração de um processo legislativo tão complexo, haja vista as limitações constitucionais as quais estamos vinculados, em função das competências atribuídas, de forma privativa, ao Chefe do Poder Executivo.

Dessa forma, o que propomos para o momento é a busca de soluções que possam, pelo menos, melhorar a segurança nas unidades de ensino do nosso Estado.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação, as mais de 1.000 (mil) escolas da rede estadual de ensino contam com segurança feita por meio de vigilância humana, sensores e câmeras de monitoramento.

Nesse contexto, o que buscamos é o aprimoramento das atribuições da vigilância humana, já presente nas unidades escolares, visando maior segurança aos alunos, professores e servidores da rede estadual de ensino, no Estado de Santa Catarina.

Dito isso, haja vista a relevância da proposta, rogo aos demais Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Sérgio Motta

* * *

REDAÇÃO FINAL**EMENDA MODIFICADA AO PROJETO DE LEI Nº 028/2019**

O inciso I do § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 0028.2/2019 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....
I - poderão, a qualquer tempo, ser revogados ou modificados ou ter seu alcance reduzido, na forma da lei; e

....."

Sala das Comissões, 13/03/2019.

Deputado Marcos Vieira

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/03/19.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 028/2019

Reinstituí benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), ficam reinstituídos as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais constantes do Anexo Único desta Lei.

§ 1º Os prazos máximos de fruição das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de que trata o *caput* deste artigo não poderão ultrapassar aqueles previstos nos incisos do *caput* da cláusula décima do Convênio ICMS 190/17, do CONFAZ.

§ 2º As isenções, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de que trata o *caput* deste artigo:

I - poderão, a qualquer tempo, ser revogados ou modificados ou ter seu alcance reduzido, na forma da lei; e

II - poderão ser concedidos a outros contribuintes do Estado sob as mesmas condições, observado o disposto na regulamentação desta Lei.

§ 3º O disposto no inciso I do § 2º deste artigo não poderá resultar benefício fiscal em valor superior àquele anteriormente concedido.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no inciso II do § 2º deste artigo, a regulamentação desta Lei poderá estabelecer condições para enquadramento dos contribuintes nos benefícios de que trata o *caput* deste artigo, não podendo, em qualquer hipótese, estabelecer condições mais benéficas que as vigentes na data de publicação desta Lei.

§ 5º Os atos concessivos vigentes na data de publicação desta Lei decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais reinstituídos por esta Lei:

I - permanecem vigentes e produzindo efeitos como normas regulamentadoras concedentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, observados os prazos e as condições neles previstos e respeitados os prazos máximos de fruição previstos nos incisos do *caput* da cláusula décima do Convênio ICMS 190/17, do CONFAZ; e

II - serão revisados pela Secretaria de Estado da Fazenda, quando for o caso, com vistas a adequá-los aos prazos máximos de fruição de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não elide a revisão, o cancelamento ou a cassação do instrumento concessório da isenção, do incentivo ou do benefício fiscal ou financeiro-fiscal.

Art. 2º Com fundamento no Convênio ICMS 190/17, do CONFAZ, ficam remetidos e anistiados os créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos benefícios fiscais concedidos com base:

I - no inciso VII do *caput* do art. 8º e nos incisos XLII e XLIII do *caput* do art. 15 do Anexo 2 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina (RICMS-SC), aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, concedidos até a data de publicação desta Lei;

II - no Decreto nº 1.225, de 11 de julho de 2017, concedidos até a data de publicação desta Lei; e

III - no Decreto nº 633, de 2 de março de 2016, concedidos no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2016.

§ 1º A remissão e a anistia de que trata o *caput* deste artigo ficam condicionadas à desistência:

I - de ações ou embargos à execução fiscal relacionados com os respectivos créditos tributários, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, com a quitação integral pelo sujeito passivo das custas e demais despesas processuais;

II - de impugnações, defesas e recursos eventualmente apresentados pelo sujeito passivo no âmbito administrativo; e

III - pelo advogado do sujeito passivo da cobrança de eventuais honorários de sucumbência do Estado.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo:

I - restringe-se à parcela do crédito tributário alcançada pelo disposto no *caput* deste artigo; e

II - aplica-se inclusive quando a desistência ou renúncia decorrer de remissão ou anistia concedida por outra Unidade da Federação, com fundamento na Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e no Convênio ICMS 190/17, do CONFAZ.

§ 3º O disposto neste artigo não confere qualquer direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de março de 2019.

Deputado **MARCOS VEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ANEXO ÚNICO

ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS REINSTITUÍDOS COM FUNDAMENTO NO CONVÊNIO ICMS 190/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017, DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

CAPÍTULO I
DAS REDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO
Seção Única

Das Operações com Mercadorias

Art. 1º Nas seguintes operações, a base de cálculo do ICMS será reduzida:

I - em 90% (noventa por cento) nas saídas de alho nobre roxo nacional *in natura* produzido no Estado de Santa Catarina e acondicionado em caixas ou sacos de 10 kg (dez quilogramas) ou mais, promovidas por produtor primário ou cooperativa de produtores de alho, por opção destes, em substituição aos créditos efetivos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e

II - em 50% (cinquenta por cento) nas saídas interestaduais de suínos vivos originários do Estado de Santa Catarina tributadas em 12% (doze por cento).

CAPÍTULO II
DOS CRÉDITOS PRESUMIDOS
Seção Única

Das Operações com Mercadorias

Art. 2º Fica concedido crédito presumido:

I - ao fabricante estabelecido no Estado de Santa Catarina, sobre a base de cálculo do ICMS relativo às saídas interestaduais de erva-mate beneficiada pelo próprio estabelecimento, acondicionada em embalagem de até 1 kg (um quilograma), nos seguintes percentuais:

a) 5% (cinco por cento) nas saídas tributadas à alíquota de 12% (doze por cento); e

b) 2,9% (dois inteiros e nove décimos por cento) nas saídas tributadas à alíquota de 7% (sete por cento); e

II - sobre a base de cálculo do ICMS relativo às saídas interestaduais de madeira serrada em bruto, classificada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) na posição 4403, ou simplesmente beneficiada, classificada na NCM na posição 4407 ou 4409, desde que oriunda de reflorestamento localizado no Estado de Santa Catarina, nos seguintes percentuais:

a) 6,3% (seis inteiros e três décimos por cento) nas saídas tributadas à alíquota de 17% (dezessete por cento);

b) 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) nas saídas tributadas à alíquota de 12% (doze por cento); e

c) 2,6% (dois inteiros e seis décimos por cento) nas saídas tributadas à alíquota de 7% (sete por cento).

* * *

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº RQC/0047.2/2019

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO

Os(As) Deputados(as) que este subscrevem, com amparo no *caput* do art. 40 do Regimento Interno, **requerem** a constituição da **Frente Parlamentar do Agronegócio e Turismo Rural**, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento desse importante setor da economia catarinense, que tem forte representatividade nas exportações do estado, estimulando novas iniciativas para aprimoramento e crescimento das atividades e dos eventos rurais, que carecem de legislação própria.

Sala das Sessões,
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Mauricio Eskudlark
Deputado Milton Hobus

TERMO DE ADESÃO

Os(As) Deputados(as) que este subscrevem, com amparo no art. 40, § 2º, do Regimento Interno, manifestam sua adesão à **Frente Parlamentar do Agronegócio e Turismo Rural**, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento desse importante setor da economia catarinense, que tem forte representatividade nas exportações do estado, estimulando novas iniciativas para aprimoramento e crescimento das atividades e dos eventos rurais, que carecem de legislação própria.

Sala das Sessões,
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Mauricio Eskudlark
Deputado Milton Hobus

Lido no Expediente
Sessão de 21/03/19

* * *